

Esforço para cortar gastos continua

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília



Francisco Dornelles

Até o dia 15 de junho, quando termina o prazo dado pelo presidente José Sarney para uma avaliação do setor público, o governo terá de determinar quais os cortes em seus gastos que poderá adotar para reduzir o déficit previsto para este ano em Cr\$ 84,9 trilhões. Se os cortes de despesas não forem suficientes, será necessária uma elevação de impostos, pois não é possível mais continuar-se financiando o "buraco" das contas governamentais através da venda de títulos públicos no open market ou da emissão de moeda.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, admitiu, com certa relutância, que a opção para resolver a questão do déficit público poderá ser mesmo o aumento dos impostos, mas deixou claro que sua preferência é uma efetiva redução nos gastos governamentais. Dessa forma, tornou evidentes suas divergências com o ministro do Planejamento, João Sayad, que afirmou, com segurança, que considera inevitável a elevação da carga tributária, na medida em que seria impossível diminuir os gastos em Cr\$ 84,9 trilhões neste ano e encontrar espaço para novos cortes nos próximos anos.

Os dois participaram, ontem, do seminário "Os Caminhos da Retomada", promovido pela revista Exame, ao lado de outros três ministros, e responderam a perguntas feitas por alguns dos mil em-

presários que assistiram ao debate através de um circuito fechado de televisão. Dornelles e Sayad foram os mais requisitados pelos empresários e procuraram reduzir o impacto de suas discordâncias com a troca de gestos de cortesia. O cerne dessas divergências é mesmo a discussão sobre o déficit público e a melhor fórmula para reduzi-lo. Dornelles voltou a defender uma política de contenção drástica nos gastos oficiais, lembrando que os prognósticos para os próximos meses não são muito favoráveis. Em julho, por exemplo, informou o ministro ao repórter Sérgio Garschagen, deste jornal, o déficit tende a ser ainda mais pesado com o aumento do funcionalismo e o início da comercialização da safra de café. Nesse contexto, Dornelles condicionou a retomada do crescimento econômico a "ajustes que permitam a pronta remoção dos desequilíbrios internos", como disse em seu depoimento.

Dornelles destacou que a volta do crescimento mais acelerado poderia ser tentada por iniciativa das empresas privadas. "O complexo empresarial brasileiro precisa ser expandido e fortalecido. E chegada a hora de fazer valer o princípio constitucional que limita a intervenção econômica do Estado aos setores básicos ou estratégicos", afirmou.

Já o ministro Sayad destacou, no seu depoimento, as linhas mestras que orientaram a montagem do documento "Diretrizes Econômicas para o PND". Reconheceu como prioritária a necessidade de conter os gastos governamentais num esforço para reduzir ao mínimo o déficit das contas oficiais. Mas comentou que, em sua opinião, não será possível resolver o problema do déficit apenas com medidas de cortes nas despesas públicas. Assim, seria inevitável a elevação dos impostos.

Nesse contexto, Sayad considerou como imprescindível a realização de um esforço para a redução das taxas de juros. Nesse aspecto, tornou-se cristalina a divergência entre os Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Ao ser perguntado se existe intenção governamental de reduzir os juros, Dornelles apresentou como única solução efetiva para essa questão a diminuição do déficit do governo, que tem sido o principal responsável pelo nível das taxas ao pressionar o mercado financeiro com suas maciças vendas de títulos públicos. Já Sayad considerou que existe espaço — e mais: existe necessidade de se adotarem medidas que levem a uma redução dos juros.

Para o ministro do Planejamento, é evidente que

campo, enfatizou que pretende recomendar aos demais setores do governo que dêem preferência, sempre, aos projetos que contribuam para o aumento da oferta de emprego. Quando dois projetos estiverem em estudo, deverá dar-se prioridade àquele que for capaz de gerar maior número de empregos, afirmou. Adicionalmente, lembrou que os investimentos pretendidos pelo governo nas áreas de saneamento básico ajudarão a reduzir o desemprego.

Poucas promessas concretas foram feitas, porém, pelos dois ministros em termos de incentivos à atividade econômica. Dornelles, por exemplo, ao responder a uma questão sobre a perda de competitividade dos produtos brasileiros no exterior em função da valorização do dólar e da redução dos estímulos fiscais e creditícios às exportações, lembrou apenas o que já foi feito nessa área. Ele acredita, de qualquer forma, que a defasagem entre correção cambial e inflação verificada no mês passado e prevista para maio está sendo incentivo para as vendas externas suficiente para contornar os demais problemas.